

Fichamento 3 - Indústria e território no Brasil: debates, evidências e hipóteses para uma análise contemporânea

Introdução

Neste capítulo, Aristides Monteiro Neto propõe uma reflexão sobre a transformação estrutural da economia industrial brasileira no território, no período de 1995 a 2018, adotando o método histórico-estrutural para explicitar as trajetórias institucionais, políticas e econômicas que moldaram a localização e o movimento das plantas industriais (MONTEIRO NETO, 2021, p. 42) . Formula-se um conjunto de questões norteadoras, entre elas: a natureza da mudança estrutural na indústria; a sua capacidade de dinamizar renda interna e diversificar mercados; o padrão de ocupação do território e as desigualdades regionais; e as implicações para as políticas de desenvolvimento regional (MONTEIRO NETO, 2021, p. 42–43) .

Desenvolvimento

O autor estrutura a análise em três grandes fases históricas da indústria brasileira:

- **1930–1970 (gênese e expansão concentrada):** emergência do complexo industrial paulista, que liderou a urbanização e integrou mercados regionais, concentrando 58,2% da indústria de transformação em 1970 (Cano, 1985) (MONTEIRO NETO, 2021, p. 43) .
- **1970–1990 (desconcentração induzida):** ganho relativo de participação de Norte, Nordeste e Centro-Oeste, impulsionado por deseconomias de aglomeração em São Paulo e vultosos investimentos federais em infraestrutura e incentivos fiscais nos PNDs I e II (MONTEIRO NETO, 2021, p. 44) .
- **1990–2018 (desindustrialização e nova desconcentração):** crise fiscal dos anos 1990, abertura comercial e financeira, privatizações e Plano Real fragilizam a indústria; contudo, novas aglomerações surgem, majoritariamente ligadas a commodities e a incentivos regionais (MONTEIRO NETO, 2021, p. 45–46) .

Na sequência, Monteiro Neto discute o debate acadêmico sobre a “desindustrialização natural” (ortodoxa) versus a “precoce” (heterodoxa), destacando evidências de regressão produtiva relativa — redução da complexidade econômica, queda da densidade produtiva, aumento do conteúdo importado e enfraquecimento dos elos intersetoriais — e diferenças de produtividade entre ramos (MONTEIRO NETO, 2021, p. 47–50) . Em “Território e indústria”, retoma-se o conceito de polígono industrial e AIRs (aglomerações industriais relevantes) para mostrar que, apesar da dispersão, permanece forte o

papel das economias de aglomeração no Sudeste-Sul, enquanto incentivos fiscais, fundos constitucionais e boom de commodities geram novas AIRs no interior e nas regiões periféricas (MONTEIRO NETO, 2021, p. 51–54) .

Em “Governo e território (2000–2018)”, analisa-se a mudança de orientação entre 1990–2002 (desinvestimento estatal e privatizações) e 2003–2014 (políticas desenvolvimentistas, PAC, elevação do salário mínimo, expansão do crédito e programas sociais), detalhando o montante e a composição dos recursos federais destinados ao investimento público, ao crédito via BNDES e fundos constitucionais, e às transferências de renda (PBF e BPC) nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (MONTEIRO NETO, 2021, p. 55–61) .

Conclusão

Monteiro Neto conclui que o enfraquecimento da indústria, embora acompanhado de desconcentração territorial, não produziu uma nova força motriz capaz de substituir o papel histórico do setor como agente de mudança estrutural. Destaca-se a perda de vigor da integração do mercado nacional e a persistência das economias de aglomeração no polígono Sudeste-Sul, enquanto as regiões periféricas avançam sob a lógica de commodities e incentivos públicos. Para o autor, a “estratégia de mudança estrutural” deve incorporar esses vetores distintos — integração interna versus estímulos externos — para enfrentar a armadilha de renda média e recuperar a capacidade industrial de gerar multiplicadores intersetoriais e inter-regionais (MONTEIRO NETO, 2021, p. 62–63) .

Referência bibliográfica

MONTEIRO NETO, Aristides. Indústria e território no Brasil: debates, evidências e hipóteses para uma análise contemporânea. In: MONTEIRO NETO, Aristides (org.). *Brasil, Brasis: reconfigurações territoriais da indústria no século XXI*. Brasília: Ipea, 2021. p. 42–63.